

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reuniu, esta semana, com as estruturas sindicais e comissões de trabalhadores do Metropolitano de Lisboa e da Carris. Na referida reunião, tendo por base a análise efetuada aos cadernos de encargos, as estruturas sindicais e as comissões de trabalhadores denunciaram um conjunto de situações que, a confirmarem-se, estão em linha com as preocupações que têm sido manifestadas pelo GPPS quanto ao interesse público, à oferta do serviço, à mobilidade metropolitana e à defesa dos direitos dos trabalhadores.

A saber:

- 1 - Foram apresentadas, até ao momento, mais de 2.700 perguntas e observações o que reflete um preocupante nível de erros e lacunas das peças a concurso;
- 2 - As subconcessionárias podem renovar as frotas com recurso a material usado o que representa um flagrante retrocesso na qualidade da oferta;
- 3 - A decisão de retirar do objeto da subconcessão do Metro de Lisboa a manutenção do material circulante é agravada pelo facto de não serem incluídas quaisquer penalidades pela sua má utilização;
- 4 - Os indicadores de controlo do desempenho da atividade das subconcessionárias não são suficientes;
- 5 - Não há um indicador que penalize o défice de material a circular relativamente às necessidades de horário;
- 6 - Se o Metro de Lisboa considerar gravosas, para o serviço público, as alterações na oferta introduzidas pela subconcessionária não poderá recusar diretamente o plano de operações;
- 7 - Em caso de uma variação de + ou - 5% das carruagens x km, previstas anualmente, relativamente ao ponto de partida definido no contrato de subconcessão da operação do Metro de Lisboa, podem ser revistas as remunerações da subconcessionária, contratualmente estipuladas, o que poderá ter um impacto financeiro significativo;
- 8 - No Metro de Lisboa não é feita qualquer referência quanto à obrigatoriedade do cumprimento dos regulamentos de segurança;

9 - A responsabilidade pelo pagamento dos complementos de reforma fica a cargo das empresas subconcedentes o que agravará os seus resultados e poderá colocar em causa o pagamento desses complementos;

10 - O somatório das penalidades não pode ultrapassar 3,5% da remuneração de base anual e certas penalidades não podem ultrapassar 2%, o que poderá levar a uma desresponsabilização por parte da subconcessionária da operação do Metro de Lisboa nas suas obrigações contratuais uma vez atingidos estes limites;

11 - As normas de reposição do equilíbrio financeiro, resultantes de impactos na exploração, levam a que os riscos fiquem do lado do Estado e não do lado das subconcessionárias; e,

12 - O cumprimento dos Acordos de Empresa não está assegurado.

Se assim for estamos perante mais do mesmo. Mais concursos com trapalhadas, erros e lacunas. Sem diálogo e compromisso com a sociedade, os Partidos da oposição, os autarcas, os sindicatos e as comissões de trabalhadores.

Em final de mandato, condicionando um futuro Governo e com uma obsessão de tudo privatizar e concessionar. Lançando o caos na mobilidade e na economia. Lançando o caos no Metro de Lisboa e na Carris. Lançando o caos na TAP. Lançando o caos no Metro do Porto e nos STCP. Lançando o caos na EMEF e na CP Carga.

Face ao exposto, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do n.º 1 do art.º 4.º e nos termos do art.º 229º, ambos do Regimento da Assembleia da República, através de V. Exa, perguntar ao Senhor Ministro da Economia:

1 – As denúncias feitas por sindicatos e comissões de trabalhadores correspondem ao conteúdo dos Cadernos de Encargos para o Metro de Lisboa e a Carris?

2 – Porque não dialoga o Governo com a Câmara Municipal de Lisboa tendo em vista a celebração de uma Parceria Público-Público?

3 – Porque prefere o Governo a celebração de Parcerias Público-Privadas?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 16 de Abril de 2015

Deputado(a)s

JOÃO PAULO CORREIA(PS)

CATARINA MARCELINO(PS)

RUI PAULO FIGUEIREDO(PS)

MARCOS PERESTRELLO(PS)